

Eleições de 2022: os desafios para o Estado Democrático de Direito



Foto: Divulgação TSE

Entrevista com **Luís Roberto Barroso**

Ministro do Supremo Tribunal Federal desde 2013, foi empossado Ministro do Tribunal Superior Eleitoral em maio de 2020. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1981, ingressou em 1985 como procurador do Estado do Rio de Janeiro. É mestre pela Universidade Yale (*Master of Laws*), doutor e livre-docente pela UERJ, tendo realizado estudos de pós-doutorado na *Harvard Law School*. Professor visitante da Universidade de Poitiers, França, da Universidade de Wrocław, Polônia, e da Universidade de Brasília (UnB). Leciona, ainda, no programa de mestrado e doutorado em direito do Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Possui experiência acadêmica na área de direito público em geral, incluindo teoria constitucional, direito constitucional contemporâneo, interpretação constitucional, controle de constitucionalidade, direito constitucional econômico e direito administrativo.

O entrevistado da Edição 148 é o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, atual Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Indicado ao STF em 2013, já era conhecido tanto por sua atuação na advocacia em processos de relevância nacional, como a defesa da pesquisa com células tronco embrionárias, a união entre pessoas do mesmo sexo e a proibição do nepotismo, quanto por sua destacada carreira acadêmica na área do direito público, como docente de renomadas universidades e como escritor de inúmeras obras jurídicas. Nesta entrevista, o Ministro Barroso comenta, dentre outros assuntos, sobre as eleições de 2022 e os desafios para o Estado Democrático de Direito.



A justiça eleitoral se prepara para a realização das eleições gerais de 2022. Quais os grandes desafios previstos pelo TSE para o pleito eleitoral que se aproxima?

[LRB] O maior desafio, do ponto de vista do TSE, já está sendo superado: desfazer a dúvida que foi instilada, em pouco mais de 20% da sociedade, de que o sistema não é seguro. O Presidente parou com os ataques e vamos dar início a uma campanha coordenada e produzida por Nizan Guanaes. Tudo sem custo. Os outros desafios são procurar neutralizar o ódio e a violência política e conter as notícias fraudulentas.

Desde 2000, as eleições no Brasil são totalmente informatizadas. Que balanço o senhor faz dos mais de 20 anos do uso exclusivo da urna eletrônica no país?

[LRB] Sucesso total, felizmente. São 25 anos das urnas eletrônicas, cujo início de implantação se deu na presidência do Ministro Carlos Mário Velloso e que vem sendo aperfeiçoada desde então. Acabamos com a tradição brasileira de fraudes eleitorais e acusações verdadeiras ou infundadas contra a lisura da democracia. Há 25 anos, no Brasil, quem ganha leva. E quem tentou desacreditar o sistema saiu desacreditado e teve que voltar atrás.

Em agosto deste ano, a Câmara dos Deputados rejeitou e arquivou a PEC que previa a implantação do voto impresso. Houve três tentativas anteriores de adoção de voto impresso (2002, 2009 e 2015). A que o senhor atribui a desconfiança em relação ao voto eletrônico no Brasil e as iniciativas para resgate do voto impresso? Que garantias o eleitor pode ter acerca da segurança e integridade do nosso sistema de votação eletrônica?

[LRB] Na minha visão, havia nesse debate gente de boa-fé e gente de má-fé. Os de má-fé apostavam no voto impresso como possibilidade de criar confusão e na intenção de fraudar ou melar as eleições. Já entre os de boa-fé, existem três grandes grupos: os que desconhecem o sistema e não avaliam como ele é seguro e auditável; as pessoas que permanecem analógicas mesmo após a revolução digital e continuam acreditando mais no papel; e as que duvidam que alguma coisa concebida no Brasil e pouco adotada no mundo seja boa. É o que Nelson Rodrigues se referia como “complexo de vira-lata”. A urna eletrônica foi uma solução criativa e inovadora que resolveu os nossos problemas de fraude. Devemos nos orgulhar dela.

O TCU julgou, no dia 20/10/2021, a primeira etapa de auditoria na sistemática de votação eletrônica (Acórdão nº 2522/2021 – TCU – Plenário), registrando que os mecanismos de auditoria adotados pelo TSE estão em aderência aos normativos vigentes e permitem a auditoria pública de todas as fases do processo eleitoral. Outras etapas de auditoria estão previstas até o final de 2023, para avaliação do ciclo eleitoral completo. Na visão do TSE, que contribuições o TCU pode dar ao realizar esse trabalho?

[LRB] A auditoria do TCU foi uma excelente iniciativa, que emprestou a credibilidade dos técnicos do Tribunal e dos Ministros ao sistema eletrônico de votação. Recentemente, nós criamos no TSE uma Comissão de Transparência das Eleições, com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos, e fizemos questão de convidar o TCU. O representante indicado foi o Ministro Benjamin Zymler, que é uma unanimidade por seu conhecimento e integridade. Outros Ministros, como o Ministro Bruno Dantas, têm sido bons interlocutores para o TSE. A meu ver, essa deve ser uma parceria permanente.

Uma das instituições que integra a Comissão de Transparência Eleitoral é o Tribunal de Contas da União, representado pelo Ministro Benjamin Zymler. Como esse grupo vai atuar e quais os resultados esperados?”

[LRB] Em razão da desconfiança gerada em alguns, por uma absurda campanha de desinformação, o TSE passou a tratar a questão da transparência quase com obsessão. Antecipamos para um ano a abertura dos códigos-fontes, para que todos os partidos e entidades previstos na legislação possam fiscalizá-los. Criamos a Comissão de Transparência Eleitoral para acompanhar todas as etapas do processo, até a totalização e divulgação dos resultados. Criamos um Observatório da Transparência Eleitoral, com dezenas de entidades da sociedade civil. E estamos pensando em aumentar o número de urnas que são aleatoriamente selecionadas no dia das eleições para serem submetidas ao teste de integridade, que é a verificação por uma auditoria independente de que a urna é totalmente íntegra e corresponde aos comandos dados pelos eleitores.

O senhor divulgou recentemente a criação do observatório de transparência das eleições que acompanharão os preparativos para o pleito de 2022. Uma das instituições que integra a comissão é o Tribunal de Contas da União, representado pelo Ministro Benjamin Zymler. Como esse grupo vai atuar e quais os resultados esperados?

[LRB] Como já referido acima, a Comissão de Transparência das Eleições acompanhará cada etapa do processo, da abertura dos códigos-fontes à divulgação do resultado, passando pelo Teste Público de Segurança, pela lacração dos sistemas, pela inseminação das urnas, pela apuração e transmissão dos resultados etc.

A expansão do uso de redes sociais ao redor do mundo tem afetado a dinâmica das eleições em todos os países democráticos. Qual a sua avaliação sobre o impacto potencial da tecnologia e das redes sociais no modelo de democracia representativa como conhecemos?

[LRB] A revolução tecnológica ou digital mudou a maneira como nós vivemos: como fazemos uma pesquisa, como fazemos compras, reservas e como ouvimos música. Transformações extremamente positivas. Em algum momento se imaginou que a internet pudesse se transformar numa grande Ágora democrática de debate público. Infelizmente, ela trouxe alguns subprodutos negativos, como a tribalização (grupos que só falam para si), campanhas de ódio, prática de crimes (pedofilia, terrorismo) e campanhas de desinformação. O debate público democrático tem sido afetado por essas disfunções, e, não por acaso, todas as democracias estão hoje debatendo a melhor maneira de se regular a internet e as mídias sociais. É preciso encontrar um ponto ótimo de equilíbrio entre a liberdade de expressão e a proteção da democracia.

O TSE criou, em 2019, o Programa de Enfrentamento à Desinformação com o objetivo de minimizar os efeitos das notícias falsas que circulam na internet. Como o Tribunal pretende atuar nesse campo para as eleições de 2022?

[LRB] Em 2020, nós nos preparamos para a guerra e acreditamos ter vencido. Montamos uma enorme operação de combate à desinformação eleitoral. Fizemos parcerias com todas as principais plataformas tecnológicas, com vistas a eliminar os comportamentos coordenados inautênticos (uso indevido de robôs, perfis falsos, contas duplicadas e *trolls*) para disseminar notícias falsas, e,



também, à remoção de conteúdos inverídicos de ataques à Justiça Eleitoral e ao sistema eletrônico de votação. Fizemos um acordo especial com o WhatsApp, que é a principal fonte de informação de 79% dos brasileiros, para combater disparos em massa ilegais. O WhatsApp derrubou ao todo 360 mil contas por comportamento ilegítimo.

Também fizemos parcerias com as principais agências de checagem de notícias para prontamente verificarem e desmentirem o que não era verdadeiro. Criamos uma página no site da Justiça Eleitoral chamada “Fato ou Boato”, na qual divulgávamos os desmentidos. Fizemos acordos com todas as empresas de telefonia para que o acesso a essa página fosse gratuito, isto é, sem que implicasse utilização do pacote de dados do usuário (*zero rating*). E a nossa parceria com as plataformas previa que elas dessem visibilidade maior ao *link* para essa página. Criamos uma coordenação de combate à desinformação que, durante todo o período, monitorava a imprensa e as redes sociais para não deixar passar nada falso sem que fosse desmentido imediatamente. Felizmente, funcionou tudo a contento.

Para 2022, estamos finalizando o plano estratégico de combate à desinformação, que será lançado ainda este ano. Já temos mais de 70 parceiros e algumas novidades, que incluem uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para o monitoramento de fontes abertas do WhatsApp e Telegram para identificar possíveis conteúdos inautênticos. Outra novidade são ferramentas para aumentar a transparência dos anúncios eleitorais exibidos no Google. Isso já é fruto da parceria do TSE com o Google para as eleições de 2022.

Nos últimos anos, a forma de financiamento eleitoral sofreu transformações. Em 2015, o Supremo Tribunal Federal proibiu o financiamento empresarial de campanhas, e, como consequência, a posterior criação do Fundo Eleitoral tornou o modelo de financiamento eleitoral majoritariamente público. Como essa alteração afetou a dinâmica das eleições e do próprio exercício dos mandatos?

[LRB] Apesar de haver choro e ranger de dentes, a decisão do STF nessa matéria foi muito importante. Pôs fim à imoralidade de empresas que tomavam dinheiro emprestado no BNDES e, como pedágio pelo empréstimo, financiavam partidos e candidaturas. Acabou, também, com a imoralidade de a mesma empresa financiar diversos candidatos, o que significa que estava sendo achacada ou comprando favores futuros. E, por fim, impediu outra imoralidade: a contratação direta da empresa que financiou a campanha, permitindo que o favor privado da doação eleitoral fosse pago com o dinheiro público do contrato administrativo. O financiamento público também contribuiu para a renovação parlamentar e o aumento de parlamentares do sexo feminino. Há quem se queixe com razão dos valores destinados ao Fundo Eleitoral. Mas, ainda assim, sai mais barato que o conjunto de decisões erradas que se tomavam para atender aos interesses especiais dos financiadores de campanhas.

Nas duas últimas eleições, o TCU e o TSE atuaram em cooperação para o cruzamento de bases de dados das prestações de contas das campanhas eleitorais e das demais bases de dados da Administração Pública, a fim de mapear indícios de irregularidades. Para as eleições de 2022, está prevista a destinação de R\$ 2,1 bilhões do orçamento público para o uso dos partidos em suas campanhas. Como o Estado pode aprimorar a transparência e fiscalização da destinação dos recursos do fundo eleitoral?

[LRB] A legislação deveria prever alguns critérios objetivos e transparentes para a distribuição dos recursos públicos utilizados em campanha. O poder absoluto discricionário concentrado nos caciques partidários distorce o sistema e torna todos os candidatos, em alguma medida, reféns da direção partidária. Deveria haver parcelas a serem equanimente distribuídas a todos, percentuais mínimos para novos candidatos e outras medidas que democratizassem a distribuição desse dinheiro.

O senhor considera que a edição da Lei Complementar 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa, contribuiu para a melhoria da qualidade da representação política? Em que medida isso se refletiu nas estatísticas do TSE em casos de crimes eleitorais?

[LRB] Sem dúvida alguma, a Lei da Ficha Limpa contribuiu para uma certa moralização do processo eleitoral. Como tudo que é humano, não é uma lei perfeita e há erros eventuais na sua aplicação. Mas no geral foi altamente positiva. A lei não se destina propriamente a punir crimes eleitorais, mas a tornar inelegíveis os que tenham praticado crimes de naturezas diversas, inclusive práticas de abuso de poder econômico ou político para fins eleitorais. Uma coisa que precisa ser alterada diz respeito ao julgamento das impugnações de candidaturas, que, no sistema atual, muitas vezes não é concluído antes das eleições. Isso faz com que o TSE, muitas vezes, tenha que cassar mandatos de candidatos que eram inelegíveis e acabaram sendo eleitos. Há duas soluções possíveis: antecipar a data do registro das candidaturas para junho ou criar um sistema de pré-registro que funcione desde o início do ano eleitoral.

Estamos avançando para os últimos meses de seu mandato à frente do Tribunal Superior Eleitoral. Que balanço o senhor faria da atuação do TSE ao longo da história da república democrática brasileira? Considerando sua experiência neste período de gestão, quais serão os grandes desafios do TSE e das instituições públicas para a manutenção e aperfeiçoamento do sistema democrático brasileiro nas próximas décadas?

[LRB] Foi uma gestão com muitos desafios. Tivemos que superar, inicialmente, as propostas de cancelamento das eleições em razão da pandemia. Depois tivemos que adiar as eleições em razão da pandemia, mas sem extrapolar o ano de 2020. Elaboramos um amplo plano de segurança sanitária para as eleições e adquirimos, por convocação à iniciativa privada, mais de R\$ 100 milhões em equipamentos de segurança. Sem gastar um centavo. Todas as medidas envolveram consultorias médicas de alta qualidade, notadamente das equipes dos Hospitais Sírio-Libanês e Albert Einstein, assim como da Fundação Oswaldo Cruz. Também montamos uma comissão de estatísticos que recomendou a ampliação do horário das eleições em uma hora, com reserva das três primeiras horas para os maiores de 60 anos. Enfim, conseguimos fazer uma eleição em plena pandemia, com 113 milhões de eleitores comparecendo às urnas, sem que isso tivesse tido qualquer impacto sobre a disseminação da doença.

É impossível exagerar o papel do TSE em organizar eleições livres, limpas e seguras no país. A democracia no Brasil tem pouco mais de três décadas e todas as instituições têm o dever de preservá-la e aprimorá-la. Alguns desafios futuros são avançar em técnicas mais modernas de eleição digital, enfrentar de forma eficiente as notícias falsas e incentivar debates mais propositivos e menos voltados à desconstrução dos adversários.